

O papel da mídia brasileira na construção das representações sociais de segurança alimentar

Juliana Mezzomo Allain
Brigido Vizeu Camargo

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Nos anos 1990, em alguns países da Europa, como a Inglaterra e a França, segurança alimentar deixa de significar uma luta contra a fome, passando a se referir à qualidade dos alimentos. A abundância e os pânicos alimentares nesses países levaram à transformação da representação desse termo, tendo a mídia um papel fundamental nessa transformação. O Brasil é um país de contrastes sociais, abrangendo uma classe média com padrões de consumo globalizados e outra grande parte da população em situação de subnutrição ou fome. O objetivo desta pesquisa foi verificar as representações sobre segurança alimentar divulgadas pela mídia impressa brasileira. Foram coletados todos os artigos publicados sobre esse tema no jornal *Folha de São Paulo* entre 2000 e 2005. Os dados foram analisados com ajuda do programa ALCESTE. Os resultados mostram que o tema da segurança alimentar ainda é retratado no combate à fome, com pouco espaço dedicado à questão da segurança sanitária alimentar.

Palavras-chave: representações sociais; segurança alimentar; mídia impressa; fome; consumo.

THE BRAZILIAN MEDIA'S ROLE IN THE CONSTRUCTION OF THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF FOOD-SAFETY

Abstract: In the 90s, in some countries, such as England and France, food-safety changes from being a fight against hunger to a concern about food quality. Food abundance in these countries and mainly the food crisis through which they passed, led to the transformation of this term representation, in which the media played a fundamental role. Brazil is a country of social contrasts, mixing a middle class with globalized consumption standards and another great part of the population that suffers from malnutrition or even hunger. The goal of this research was to verify which are the social representations of food-safety displayed by Brazilian media. All articles published on this theme by *Folha de S. Paulo* from 2000 to 2005 were gathered. Data was analyzed with the aid of the software ALCESTE. Results show that food-safety is still portrayed as a fight against hunger with little space dedicated to the issue of sanitary food-safety.

Keywords: social representations; food-safety; press media; hunger; consumption.

EL PAPEL DE LA PRENSA BRASILEÑA EN LA CONSTRUCCION DE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES DE SEGURIDAD ALIMENTAR

Resumen: En los años 90, en algunos países, como Inglaterra y Francia, seguridad alimentar ha dejado de significar lucha contra el hambre para pasar a referirse a la calidad de los alimentos. La abundancia y pánicos alimentares en esos países han ocasionado la transformación de la representación de este término, y la media ha cumplido papel fundamental en esa transformación. Brasil es un país de contrastes sociales que abarca una clase media con padrones de consumo iguales a la de los países globalizados y otra parte grande de la población vive en situación de subnutrición o hambre. El objetivo de esta investigación fue verificar cuales representaciones sobre seguridad alimentar han sido divulgadas por la prensa brasileña. Fueron colectados artículos publicados sobre ese tema en el diario *Folha de S. Paulo* entre los años 2000 a 2005. Los datos fueron analizados con la ayuda del programa ALCESTE. Los resultados parecen comprobar que el tema de la seguridad alimentar es tratado todavía como combate al hambre, con poco espacio dedicado a las cuestiones sanitarias de seguridad alimentar.

Palabras clave: representaciones sociales; seguridad alimentar; prensa escrita; hambre; consumo.

Introdução

Nos anos 1990, o tema da segurança alimentar se tornou um assunto de interesse público e político em alguns países, principalmente da Europa, como a Inglaterra e a França, que passaram por severas crises alimentares. A situação de superabundância alimentar de tais países, bem como essas crises, levou à transformação da representação que se tinha acerca de segurança alimentar, tendo a mídia um papel fundamental nessa transformação.

A situação do Brasil é bem diferente, na qual as classes média e alta convivem com uma grande parcela da população que passa fome ou é subnutrida. Além, ou por causa disso, a população brasileira parece se conformar com os riscos alimentares (GUIVANT, 2002b), preocupando-se ainda com a segurança alimentar para garantir que haja quantidade de alimentos suficiente.

A mídia tem um papel importante na construção de representações sociais da população (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 1978), assim, esta pesquisa teve como objetivo verificar como o tema “segurança alimentar” é tratado pela mídia brasileira, buscando analisar que representações sociais desse tema são divulgadas para a população brasileira.

Revisão teórica

De hoje em diante, o mundo divide-se, pois, entre os que comem ou temem faltar alimento e os que têm medo de seus alimentos.

(Poulain, 2004)

Segundo Moscovici (2000), as representações sociais são um conjunto de conceitos, afirmações e explicações que se originam no dia-a-dia, durante a comunicação e cooperação entre indivíduos e grupos. Nesse sentido, as representações sociais nos ajudam a dominar o nosso ambiente, compreender e explicar os fatos e idéias que preenchem o nosso universo, situar-nos a seu respeito, responder às questões que o mundo nos coloca e saber o que as descobertas da ciência e o devir histórico significam (JODELET, 1986). No campo de estudos sobre a percepção pública da ciência e tecnologia, a teoria das representações sociais tem um papel importante. Essa teoria se interessa em como um novo conhecimento científico se espalha e é apropriado por diferentes grupos sociais, pertencendo a uma tradição que estuda a popularização da ciência desde os anos 1960 (BAUER, 1994). Um campo do conhecimento científico que vem passando por constantes transformações e se tornou assunto de preocupação pública e política diz respeito à segurança alimentar.

Segundo Poulain (2004), até os anos 1990, a expressão segurança alimentar se referia a um conjunto de dispositivos empregados na luta contra o risco de fome em algumas regiões do mundo. Porém, atualmente, nas sociedades desenvolvidas, onde há abundância alimentar, essa expressão assumiu um sentido novo. O risco não se refere mais à falta do alimento, mas à qualidade deste, tratando de questões como: intoxicações químicas ou microbiológicas, conseqüências do uso de novas tecnologias aplicadas à produção e à transformação alimentar ou ainda patologias recentemente descobertas. Desse modo, a segurança alimentar passa a abranger a produção primária dos alimentos; processos industriais; controle dos elementos patogênicos, químicos e tóxicos; além de temas como nutrição, qualidade dos alimentos, rotulação e educação (GUIVANT, 2002a).

Entretanto,

o contexto ocidental é, no mínimo, paradoxal, enquanto os especialistas consideram que nas sociedades desenvolvidas, em matéria de segurança sanitária dos alimentos, os riscos objetivos nunca foram tão pequenos, o grande público os sente como significativamente mais importantes (POULAIN, 2004, p. 94).

Na década de 1990, a Europa passou por algumas crises alimentares que serviram para pôr em evidência a diferença entre a percepção de riscos entre leigos e peritos. Depois da “doença da vaca louca”¹, consumidores de muitos países europeus enfrentam uma crise de confiança nas instituições de controle de segurança alimentar.

Esse também foi o enquadramento cognitivo no qual a discussão sobre transgênicos surgiu nesses países, o que gerou um intenso debate sobre o tópico. O campo de pesquisas sobre percepção e opinião do público europeu sobre transgênicos é vasto, e a maioria desses estudos mostra uma percepção negativa dos alimentos geneticamente modificados,

¹ Encefalopatia espongiforme bovina (EEB).

assim como do uso da biotecnologia aplicada à agricultura por parte dos consumidores (BATES, 2005; BREDAHL; GRUNERT; FREWER, 1998; BONFADELLI; DAHINDEN; LEONARZ, 2002; FISCHLER; RAUDE, 2005; FREWER; SCHOLDERER; BREDAHL, 2003; GASKELL; ALLUM; STARES, 2002; GUTTELING, 2002; LUJAN; TODT, 2000; TORGERSEN; SEIFERT, 1997).

Para recuperar a confiança dos cidadãos, muitas estratégias foram criadas, a maior parte iniciativa do próprio governo. Essas estratégias buscam investigar a opinião sobre transgênicos (como nas pesquisas citadas anteriormente) e também assegurar a participação da população no processo de criação de políticas públicas.

Desse modo, a partir do fim dos anos 1990, segurança alimentar passa a ser entendida como um valor social, reconhecendo a importância de fatores sociais que influenciam as gestões de risco e recomendando que a percepção dos consumidores seja incorporada no processo da análise dos riscos (GUIVANT, 2002a). De fato, em alguns países, os organismos geneticamente modificados (OGM) serão lembrados como um dos primeiros exemplos de uma rejeição maciça de uma inovação tecnológica, já que em tais países o debate público sobre esse assunto levou à definição de um novo referencial de políticas públicas (JOLY, 2000) ou ainda a uma institucionalização da participação pública (EINSIEDEL; KAMARA, 2006).

Porém, a realidade brasileira é bem diferente do cenário que foi descrito. Segundo Guivant (2002b, p. 240), casos de medos alimentares no Brasil são raros. Isso não quer dizer que não existam riscos, mas que os sistemas que procuram garantir a segurança alimentar não são suficientes para analisar e detectar tais riscos. Desse modo,

com essa precariedade generalizada do controle e inspeção de alimentos, o público consumidor está provavelmente longe de ter uma expectativa de controle de risco zero, como o consumidor europeu deveria ter no período pré-escândalo alimentar. Essa atitude é talvez de resignação ou de indiferença em vista dos possíveis riscos, junto com uma falta de conhecimento de seu tamanho.

Guivant (2002b, p. 242) também aponta para o fato de que:

[...] no Brasil não há um questionamento significativo do papel dos sistemas peritos/governamental na segurança alimentar. A questão dos OGM tem ficado bem restrita a esta específica questão, sem “contaminação”, ou sobreposição, para outras fontes de risco na cadeia alimentar. [...] No caso da crise EEB, [...] em vez de provocar uma reflexão crítica no sistema de segurança alimentar do Brasil, isso gerou uma resposta nacionalista, e não levou a uma discussão sobre a vulnerabilidade da saúde dos consumidores domésticos e a sustentabilidade do meio rural.

Parece que existem duas representações sociais bem distintas de segurança alimentar. De um lado, o público europeu, marcado pelas crises alimentares, cobra maior segurança dos sistemas peritos e exige participação nos processos decisórios. De outro, para a população brasileira, “a maneira como os sistemas peritos tomam ações específicas em relação aos riscos alimentares [...], aparentemente, não é uma preocupação” (GUIVANT, 2002b, p. 241).

Marková (2003, p. 143) argumenta que qualquer objeto ou fenômeno pode se tornar um objeto de uma representação social. Entretanto, a autora enfatiza que, apesar disso,

a teoria das representações sociais e da comunicação estuda tipos de representações muito específicas. Ela estuda e constrói a teoria sobre aqueles fenômenos sociais que se tornaram, de uma forma ou outra, assunto de preocupação pública.

Talvez seja possível dizer que a população brasileira (com exceção de alguns setores das classes média e alta) ainda não possui uma representação social de segurança alimentar que corresponda à mudança do sentido desse termo como foi dito no início do texto.

Outro aspecto que pode contribuir para essa diferença de representações é o fato de o Brasil ser um país de grandes contrastes sociais. De um lado, encontra-se uma classe média com padrões de consumo globalizados (GUIVANT, 2002b); de outro, uma grande parte da população ainda se encontra em situação de “insegurança alimentar” (no primeiro sentido da expressão), passando fome ou lutando contra a falta ou escassez de alimento.

Seria, no entanto, somente a situação de “superabundância alimentar” a causa da transformação da representação social de segurança alimentar dos europeus? Que papel teriam as crises alimentares na construção da representação desse público? De fato, após esses acontecimentos, o tema da segurança alimentar e da percepção do risco pelo consumidor tornou-se uma questão política importante, além de ser um fenômeno de apropriação pela mídia (FISCHLER, 2000).

O papel da mídia na construção das representações sociais é bastante discutido pelos teóricos nessa área (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 1978). Beck (1999, p. 64) afirma que “a cobertura da mídia é de importância-chave considerando o fato de que os riscos geralmente são imperceptíveis no dia-a-dia”. Assim, uma vez que “o público pode construir uma imagem da ‘realidade biotecnológica’ apenas com base no que a própria mídia decide transmitir” (GUTTELING, 2002, p. 95), são muitas as pesquisas documentais que buscam estudar como as crises alimentares foram tratadas pela mídia impressa dos países europeus (BAUER, 2002; FREWER et al., 1999; FREWER; MILES; MARSH, 2002; GÖRKE; RUHRMANN, 2003; KOHRING; MATTHES, 2002; LIAKOPOULOS, 2002; MILLAN, 2005). De fato, algumas pesquisas mostram que a intensa mediatização desses assuntos levou a uma amplificação social do risco² (FREWER, MILES, MARSH, 2002) ou à construção de uma opinião pública mais negativa em relação a assuntos como os transgênicos (GASKELL et al., 1999).

Assim, o objetivo desta pesquisa é verificar como o tema “segurança alimentar” é retratado na mídia brasileira, buscando analisar que representações sociais desse tema são divulgadas para a população brasileira.

² Para uma revisão completa dessa teoria, ver Kaperson et al. (1998).

Método

Trata-se de uma pesquisa documental de caráter descritivo em que foram considerados todos os artigos sobre “segurança alimentar” publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, durante o período de janeiro de 2000 a junho de 2005. Os artigos foram coletados no site do próprio jornal. A palavra de busca foi “segurança alimentar”, assim, todos os artigos coletados (reportagens, editoriais, notas, cartas de leitores) que estavam relacionados a esse tópico, tendo-o como tema principal ou não, foram incluídos na análise. Foi montado um *corpus*, no qual cada artigo (considerado como uma unidade de contexto inicial – UCI) era antecedido por uma linha de comando que continha duas variáveis: artigo (N = 674) e ano (2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005).

Os dados foram analisados com ajuda do programa ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d’un Ensemble de Segments de Texte) (REINERT, 1998). Esse programa permite uma análise lexicográfica do material textual e oferece contextos textuais (UCE) que são caracterizados pelo seu vocabulário, e também por segmentos de textos que compartilham esse vocabulário. O *corpus* coletado é dividido em classes de palavras que podem estar indicando representações sociais ou ao menos campos de imagens sobre um dado objeto (NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO, 2000; CAMARGO, 2005).

Resultados

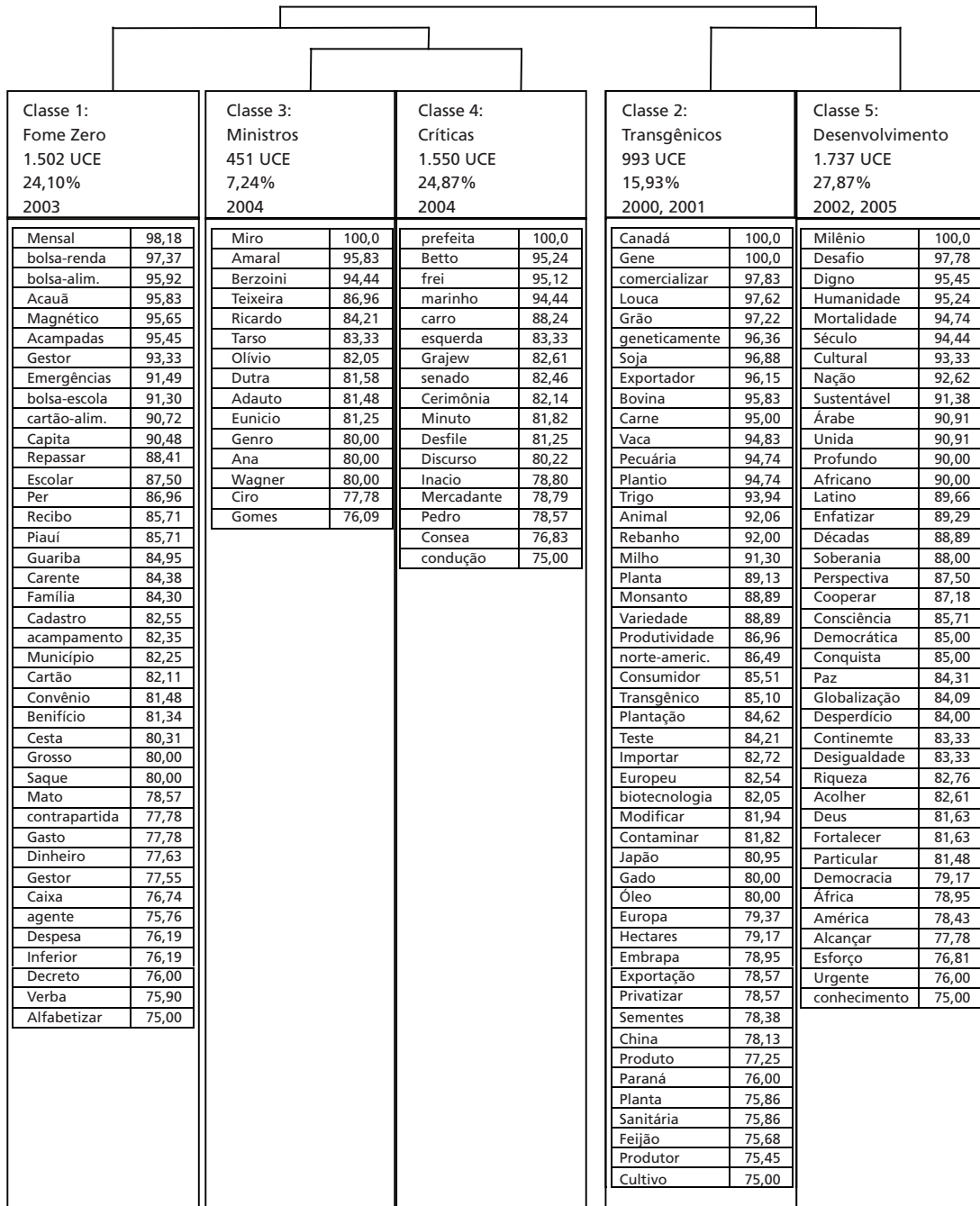
A Tabela 1 mostra que a cobertura sobre segurança alimentar não foi regular durante os seis anos considerados. Um total de 674 artigos foi publicado nesse período. Como se pode observar, 2003 foi o ano de maior número de publicações nesse tópico.

Tabela 1. Número de artigos sobre segurança alimentar publicados por ano

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Nº de artigos	35	49	65	403	92	30	674

A Figura 1 mostra que a análise hierárquica descendente dividiu o conjunto de conteúdos dos artigos em cinco classes, formadas a partir da proximidade lexical e semântica dos textos dos artigos. Cada classe foi nomeada de acordo com seu conteúdo específico.

Primeiro, o *corpus* foi dividido em dois *subcorpus*. O primeiro *subcorpus* abrange as classes: “Fome Zero”; “Ministros”; e “Críticas”, e corresponde a 56,21% do total do *corpus*. O segundo *subcorpus* compreende as classes: “Transgênicos” e “Desenvolvimento”, num total de 43,79% do *corpus*.



Nota: Apesar de considerarmos as palavras com mais de 50% das ocorrências em cada classe, por motivos de espaço apresentamos nessa figura somente as palavras com mais de 75% de ocorrência

Figura 1. Dendograma da classificação hierárquica descendente do conteúdo dos artigos sobre segurança alimentar.

A Figura 1 mostra a divisão das cinco classes e apresenta para cada uma delas o número de UCEs que as compõem, indicando a porcentagem em relação ao texto inteiro, além dos anos e as palavras mais características de cada classe. Geralmente, a delimitação do vocabulário de cada classe é feita a partir de dois critérios: frequência de ocorrência das palavras (palavras com frequência superior à frequência média das ocorrências por palavras no *corpus*) e prova de associação do χ^2 em relação à classe ($\chi^2 \geq 3,84$). Como a quantidade de artigos (e palavras) que compunham o *corpus* era grande e esses dois critérios não sintetizavam adequadamente as informações, optou-se por considerar simultaneamente um terceiro critério: que mais de 50% das ocorrências da palavra fossem naquela determinada classe. As classes serão descritas de acordo com seu conteúdo, apresentando alguns segmentos de texto (UCE) que são caracterizados pelo seu vocabulário.

A classe “Fome Zero” descreve a implementação deste programa social, em 2003, considerado a principal iniciativa social do novo governo que tomou posse no mesmo ano. O programa Fome Zero é destinado a famílias cuja renda *per capita* é inferior a metade de um salário mínimo e funciona por meio de doações de alimentos e de uma ajuda em dinheiro por um “cartão-alimentação”. Nessa classe, segurança alimentar ainda é vista como uma luta contra a fome, conforme mostra o extrato de um artigo característico dessa classe:

Não podemos esquecer que o Fome Zero foi planejado para beneficiar milhões de pessoas que hoje não têm segurança alimentar. Esse número não inclui apenas subnutridos, mas a parte da população que não consegue fazer três refeições de boa qualidade todos os dias (artigo 454, “Graziano indica que vale-gás e Bolsa-renda podem acabar”. SALOMON, M. *Folha de S. Paulo*, 02/02/2003).

Os artigos mais característicos dessa classe foram publicados em 2003. Essa classe é responsável por 24,10% do total de UCE selecionadas.

A classe “Ministros” não está relacionada diretamente com a questão da segurança alimentar. Essa classe descreve a reforma ministerial que aconteceu no governo em janeiro de 2004. Nessa reforma, o presidente despediu seis ministros (incluindo o ministro de Segurança Alimentar), nomeou outros seis e remanejou três ministros para pastas diferentes daquelas que eles ocupavam antes. Em relação à segurança alimentar, o presidente fundiu os ministérios de Assistência e Promoção Social com o de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Os artigos mais característicos dessa classe foram publicados em 2004. Essa classe é responsável por apenas 7,24% do total de UCE selecionadas.

A classe “Críticas” mostra as avaliações feitas ao programa Fome Zero. As críticas envolvem aspectos práticos como: a demora e o despreparo para a implementação do programa, a exclusão de várias cidades, desvio de fundos que, muitas vezes, partiam de dentro do próprio governo:

A primeira reunião da Executiva Nacional petista desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi marcada por críticas internas a algumas das primeiras ações adotadas pelo governo. A condução do programa

Fome Zero, carro-chefe do início da administração, foi o principal alvo (artigo 486, "PT critica condução do Fome Zero e das reformas de Lula". ZAHINI, F.; CRISTOFOLETTI, L. *Folha de S. Paulo*, 21.1.2003).

Também foram explorados aspectos filosóficos, como a própria concepção do programa, considerada assistencialista e insuficiente para resolver problemas como desigualdade e exclusão social:

O Fome Zero, por si só, não é suficiente para promover as mudanças desejadas porque depende de condições macroeconômicas e de outros aspectos sob a competência também da sociedade civil (artigo 45, "TCU conclui que Fome Zero é insuficiente". SCOLESE, E.; DUAILIBI, J.; CONSTANTINO, L. *Folha de S. Paulo*, 1^o.10.2004).

Os artigos mais característicos dessa classe foram publicados em 2004. Essa classe é responsável por 24,87% do total de UCEs selecionadas.

A classe "Transgênicos" discute superficialmente a questão dos transgênicos em ambos os níveis, nacional e internacional. No cenário internacional, alguns artigos exploram a diferença entre a aceitação dos produtos geneticamente modificados por mercados como o dos Estados Unidos e da Argentina e a não-aceitação pela Europa, marcada pela crise da vaca louca que aumentou o medo desses países em relação aos riscos alimentares. Esses artigos também exploram o aspecto econômico, mostrando, por um lado, as vantagens do uso dessa técnica (grãos mais resistentes) e, por outro, o cultivo de convencionais como um mercado muito importante e lucrativo em relação aos países que não aceitam transgênicos, como os europeus, como se pode ver no seguinte extrato:

A vaca louca vem para aumentar ainda mais o pânico dos europeus em relação à segurança alimentar. Produzir soja natural é um trunfo do Brasil (artigo 644, "Mercado já sente e procura maior". MURAKAWA, F. E. *Folha de S. Paulo*, 5.12.2000).

No cenário nacional, alguns artigos exploram a batalha jurídica que começou com a ação civil movida pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e Greenpeace contra a aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) do pedido de plantação comercial da soja modificada da empresa Monsanto em junho de 1998. Esses artigos discutem a plantação ilegal de soja geneticamente modificada antes da Lei de Biossegurança, as medidas especiais de 2003 e 2004 e a criação da Lei de Biossegurança em março de 2005. O aspecto econômico prevalece mais uma vez, e as mudanças que a aprovação da lei de 2005 podem trazer para o mercado brasileiro são discutidas:

Na esteira da aprovação da Lei de Biossegurança, que prevê a liberação do plantio da soja transgênica no Brasil, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) prepara o lançamento comercial de uma variedade de soja geneticamente modificada resistente a herbicida. A data para o início da comercialização do produto ainda não foi fixada, mas seu lançamento deve abocanhar uma fatia do mercado de sementes de soja hoje dominado pela Monsanto.

Antes da Lei de Biossegurança e de sucessivas medidas provisórias para a liberação dos transgênicos assinadas no governo Lula, a soja geneticamente modificada era plantada ilegalmente no Brasil. A origem desses grãos, segundo os produtores, eram sementes contrabandeadas da Argentina. Mas, com a nova Lei de Biossegurança, analistas estimam que empresas como Basf, DuPont e Syngenta entrem no mercado brasileiro de biotecnologia (artigo 18, 2005).

São poucos os artigos dessa classe que se dedicam à divulgação científica sobre o assunto, e, ainda assim, essa atividade se restringe a divulgar resultados de pesquisas publicadas em revistas científicas, sem uma discussão maior sobre os impactos dessa tecnologia na saúde, no meio ambiente e na sociedade:

Pesquisadores da Coréia do Sul e dos EUA produziram uma variedade de arroz geneticamente modificado com um gene de bactéria que é capaz de resistir à seca, frio e água salgada (artigo 538, "Arroz transgênico resiste a seca, frio e sal". CONNOR, S. *Folha de S. Paulo*, 26.11.2002).

Os artigos mais característicos dessa classe foram publicados em 2000 e 2001. Essa classe é responsável por 15,93% do total de UCE selecionadas.

A classe "Desenvolvimento" trata da questão de segurança alimentar ao discutir outros problemas relacionados à pobreza no mundo e mostra as obrigações e os esforços de uma cooperação nacional e internacional na luta contra problemas como fome, pobreza, drogas, violência etc., assim como na promoção de um desenvolvimento econômico sustentável dos países em desenvolvimento, como mostra o extrato de um artigo característico dessa classe, no qual foi publicada a declaração conjunta da Cúpula América do Sul – Países Árabes, resultado do encontro de 34 países árabes e sul-americanos nos dias 10 e 11 de maio de 2005:

11. Ação contra a fome a pobreza. 11.1. Declaram sua profunda preocupação com a fome e a pobreza, que agravam a disseminação de doenças, diminuem a capacidade de trabalho, reduzem as habilidades cognitivas das crianças, desorganizam sociedades e reforçam os fatores que prejudicam a promoção do crescimento econômico com justiça social nos países em desenvolvimento. 11.2. Reafirmam que a plena e pronta implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio deve ser prioridade para países desenvolvidos e em desenvolvimento e expressam sua firme determinação política de trabalharem juntos para aumentar a cooperação internacional (artigo 8, "Leia a íntegra da declaração conjunta da cúpula". *Folha de S. Paulo*, 11.05.2005).

Os artigos mais característicos dessa classe foram publicados em 2002 e 2005. Essa classe é responsável por 27,87% do total de UCE selecionadas.

Discussão de resultados

Apesar do número alto de publicações sobre segurança alimentar (674 artigos), com exceção do ano de 2003, esse tema não recebeu muita atenção da mídia brasileira. Os

anos de 2000, 2001 e 2002 possuem uma média de 51 artigos publicados por ano. O ano de 2003, caracterizado por um número muito elevado de publicações (403 artigos), foi o ano da implementação do projeto social “Fome Zero” pelo novo governo que assumiu o poder nesse mesmo ano. No entanto, a maioria desses artigos se limita a discutir os problemas da implementação desse programa, sem uma problematização sobre segurança alimentar. Os anos de 2004 e 2005 voltam a apresentar um número baixo de publicações sobre esse assunto.

Os resultados da pesquisa documental mostram que o tema da segurança alimentar no Brasil ainda é retratado como uma luta contra a fome. Das cinco classes obtidas pela análise ALCESTE, três classes (“Fome Zero”, “Críticas” e “Desenvolvimento”), 76,84% do total do conteúdo dos artigos, referem-se à segurança alimentar nesse sentido. Essas classes mostram iniciativas e esforços no combate à situação de insegurança alimentar (fome e subnutrição) de uma grande parcela da população brasileira e mundial.

A classe “Ministros”, correspondendo a apenas 7,24% do total do conteúdo dos artigos, não está relacionada diretamente ao tema da segurança alimentar. Isso se deve ao fato de, no momento da coleta dos artigos, serem coletados todos os que continham a expressão “segurança alimentar”. Assim, essa classe trata da reforma ministerial que ocorreu em 2004, na qual o ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome foi despedido, assim como esse Ministério foi fundido ao de Assistência e Promoção Social. Talvez seja possível que outra pesquisa, que considere somente os artigos sobre segurança alimentar como tema principal, obtenha resultados diferentes.

Somente a classe “Transgênicos”, 15% do total do conteúdo dos artigos, relaciona segurança alimentar a questões que, normalmente, estariam associadas a riscos alimentares, como o caso dos transgênicos. No entanto, os conteúdos desses artigos se restringem aos aspectos jurídicos e econômicos, sem considerar os riscos que essa tecnologia pode trazer para a saúde humana, o meio ambiente e os impactos para a sociedade como um todo.

Outra pesquisa documental sobre como a mídia brasileira divulgou em específico a questão dos transgênicos nesse mesmo período também apresenta resultados similares ao dessa classe (ALLAIN; NASCIMENTO-SCHULZE, 2006). Apesar de um número muito elevado de publicações (2.869 artigos publicados por dois jornais nacionais – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*), das sete classes encontradas, pode-se dizer que apenas três fazem referência à questão da segurança alimentar. As outras quatro classes discutiam os trâmites jurídicos e as implicações econômicas dessa nova tecnologia. Analisando a relação entre a seção de publicação predominante a cada ano considerado, vemos que essa divisão também se reflete ao longo do tempo. Em 2000, a grande maioria dos artigos foi publicada na seção ciência. Em 2001, ciência ainda é uma seção importante, mas nota-se um acréscimo do número de artigos publicados na seção economia. A partir de 2003, economia passa a ser a seção predominante de publicação. Parece que, no debate sobre transgênicos no Brasil, a discussão dos impactos que as inovações científicas e tecnológicas têm sobre a sociedade perde espaço para o debate sobre os ganhos econômicos que essa tecnologia pode trazer para o país.

Voltando aos resultados da presente pesquisa, quando analisamos como as cinco classes encontradas estão relacionadas com os anos de publicação, podemos ver a evolução de como o assunto foi tratado ao longo dos seis anos considerados. A única classe que trata (mesmo que superficialmente) da questão dos transgênicos está associada aos anos 2000 e 2001. A partir de 2002, as classes associadas aos anos restantes representam segurança alimentar como luta contra a fome (2002 e 2005 – Desenvolvimento, 2003 – Fome Zero, 2004 – Críticas).

Assim, apesar de os anos de 2000 e 2001 serem caracterizados por uma discussão que tem como tema os transgênicos – acompanhando o tema da discussão no cenário mundial –, essa discussão se concentra fortemente nos ganhos para a economia do Brasil, sem que esse tema remeta a uma problematização da questão da segurança sanitária dos alimentos, ou a um questionamento das instituições de controle da segurança alimentar, como aconteceu nos países europeus. Desse modo, mesmo quando a expressão “segurança alimentar” aparecia em um artigo que tratava dos transgênicos, ela não era um tema principal e passava despercebida ante a discussão econômica em torno dessa tecnologia.

Isso pode reforçar a não-transformação da representação social de segurança alimentar dos brasileiros, provocando a atitude de resignação ou indiferença perante os riscos alimentares (GUIVANT, 2002b), como foi discutido na introdução deste texto. Exemplo disso foi a aprovação da Lei de Biossegurança em março de 2005 (que, entre outras medidas, libera o plantio e comercialização de transgênicos), que não enfrentou forte oposição por parte da população.

Outro aspecto importante a ser explorado neste estudo diz respeito ao sistema de comunicação, que determina o conteúdo e também a forma das mensagens. Moscovici (1978) empregou três sistemas de comunicação na análise das representações divulgadas pela mídia: a difusão, a propagação e a propaganda. Esses sistemas são caracterizados de acordo com a fonte, a lógica e a função das mensagens. A comunicação na propaganda visa incidir sobre o comportamento do receptor, a mensagem é estruturada de forma dicotomizada entre o que é certo e o que é errado, e a comunicação contém e exprime os interesses de um grupo específico. Assim, um dos objetivos fundamentais da propaganda é a formação de uma representação social. A propagação intervém nas atitudes. Nessa modalidade comunicativa, a mensagem é estruturada de forma a controlar a ameaça de novos conhecimentos sobre o sistema de crença de um determinado grupo. Desse modo, essas novidades são sempre interpretadas à luz dos sistemas que devem ser preservados. A comunicação na modalidade difusão visa à transmissão de assuntos gerais a um grande público. A mensagem não é estruturada como nas duas modalidades anteriores, contendo informações e opiniões que são contraditórias e desarticuladas entre si. O objetivo aqui é garantir ao grande público o acesso às informações (CAMARGO, 1997).

A modalidade principalmente empregada pelo jornal estudado foi a difusão. Tomemos mais uma vez a classe “Transgênicos” como exemplo. Mesmo quando os aspectos econômicos são discutidos, observam-se artigos que contêm opiniões contraditórias – por um

lado, a promessa de mais lucro e produtividade da soja transgênica, por outro, a vantagem do cultivo da soja convencional para exportação, uma vez que alguns países não aceitam produtos transgênicos. Ao mesmo tempo, essa classe apresenta vários outros argumentos (jurídicos, científicos etc.) sem uma tentativa de articulação entre eles. Mais uma vez, o emprego da modalidade da difusão pode ter dificultado a formação de uma representação de segurança alimentar como uma preocupação sobre a qualidade dos alimentos.

Conforme foi discutido no item “revisão teórica”, uma representação social é construída em relação a um objeto social que se tornou, por algum motivo, um objeto de preocupação pública. Nesse sentido, o alto número de publicações leva a crer que a questão da segurança alimentar é considerada um assunto de importância nacional. Porém, a representação social sobre segurança alimentar divulgada por esse jornal fica restrita ao problema da fome e do acesso aos alimentos pela população.

Em relação aos transgênicos ou a outros tipos de riscos alimentares, pode-se dizer que a mídia estudada não contribuiu para a construção de uma representação ligada à questão da segurança sanitária alimentar. Pode-se pensar que a classe “Transgênicos” permite entrever campos de imagem sobre esse objeto, sem a construção de uma representação social ligada à segurança alimentar propriamente dita. Esse assunto pode até tornar-se um objeto de preocupação pública e vir a representar uma fonte de representações sociais, porém isso se dá muito mais pela esfera econômica do que pela alimentar. Entretanto, é preciso lembrar que a análise conduzida neste estudo teve como tema “segurança alimentar”, e o conteúdo divulgado sobre transgênicos considerado nessa pesquisa ficou restrito aos artigos associados a esse tema (para uma visão sobre como o tema dos transgênicos em específico foi divulgado pela mídia brasileira, ver ALLAIN; NASCIMENTO-SCHULZE, 2006).

Considerações finais

É verdade que o problema da fome necessita de uma atenção especial e de estratégias eficazes por parte do governo e da sociedade, mas isso não significa que outras questões referentes à segurança alimentar, como os transgênicos, não devam ser discutidas ou regulamentadas sem uma participação pública.

Tomemos como exemplo o caso da República da Zâmbia. Esse país sul-africano enfrentou falta de alimentos e fome extrema na safra de 2001/2002 (MWALE, 2006). O United Nations World Food Programme ofereceu ajuda doando milho, e uma parte desse produto foi declarada como geneticamente modificada (especialmente aquela procedente dos Estados Unidos). Embora outros países da África do Sul tenham aceitado a ajuda, a República da Zâmbia, com base em uma consulta nacional, “rejeitou-a, temendo danos à saúde humana e ao meio ambiente, assim como as conseqüências desfavoráveis no comércio internacional do País” (MWALE, 2006, p. 91). Apesar de essa decisão, assim como o próprio mecanismo envolvido na consulta nacional, ter recebido muitas críticas, esse exemplo serve para mostrar que a fome não é pretexto para aceitar passivamente tecnologias cujo risco ainda é incerto.

Para Moscovici (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 2003), as representações sociais implicam uma posição crítica que pode levar a um engajamento prático. Além disso, esse autor argumenta que, se um grupo quer criar um movimento, ele tem de propor uma representação social alternativa. Para isso, ele precisa se comunicar, implementar uma estratégia de persuasão a fim influenciar a maneira de pensar e agir das pessoas.

Em muitos países europeus, as crises alimentares levaram a uma transformação da representação de segurança alimentar, e a mídia teve um papel fundamental nessa transformação e na construção de uma nova representação que fez que os consumidores cidadãos passassem a adotar uma postura mais crítica, exigindo seus direitos e participação no processo decisório.

O caso dos transgênicos em muitos países da Europa exemplifica esse processo. Movimentos sociais (ambientais, de consumidores e de agricultores) começaram a se organizar em resposta a essa nova tecnologia. Tais movimentos já possuíam experiência em promover visões alternativas para outras tecnologias (nuclear, pesticidas etc.). Assim, essas organizações utilizaram o seu conhecimento do uso da informação para disseminar na mídia mensagens que focavam na incerteza da avaliação de risco, a importância de considerar aspectos éticos, ambientais e sociais nas decisões sobre novas tecnologias, além dos interesses por trás da pesquisa científica (confirmando a proposta de Moscovici para uma minoria se tornar ativa). O sucesso dessas mensagens levou a uma problematização desse tema por parte do público e à construção de uma representação social negativa acerca dos transgênicos ligada à questão da (in)segurança alimentar (EINSIEDEL; KAMARA, 2006).

No Brasil, esse papel de reflexão sobre a questão da segurança sanitária alimentar também fica restrito às poucas iniciativas de educação do consumidor, lideradas em sua maioria por organizações não-governamentais e instituições de proteção ao consumidor (GUIVANT, 2002b). Porém, a mídia de massa brasileira não teve o mesmo papel, reforçando a questão da segurança alimentar principalmente como uma luta contra a fome. Nesse sentido, sugere-se aqui a realização de novas pesquisas comparativas sobre as representações sociais divulgadas por diferentes tipos de mídia (incluindo as mídias específicas de tais grupos e os sistemas de comunicação por eles empregados), bem como sobre o alcance e a influência dessas mídias na população, para que se possa compreender melhor o fenômeno da segurança alimentar no Brasil.

Referências

ALLAIN, J.; NASCIMENTO-SCHULZE, C. Science and Social Representations: the issue of transgenic. In: **8TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL REPRESENTATIONS – SOCIAL REPRESENTATIONS: MEDIA AND SOCIETY**, 2006, Rome. *Proceedings...* Rome: Recografica, 2006. p. 133.

- BATES, B. Public culture and public understanding of genetics: a focus group study. **Public Understanding of Science**, v. 14, n. 1, 2005.
- BAUER, M. A popularização da ciência como imunização cultural: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. Controversial medical and agri-food biotechnology: a cultivation analysis. **Public Understanding of Science**, v. 11, n. 2, 2002.
- BECK, U. **World Risk Society**. Cambridge: Polity Press, 1999.
- BREDAHL, B.; GRUNERT, K.; FREWER, L. Consumer attitudes and decision-making with regard to genetically engineered food products: a review of the literature and a presentation of models for future research. **Journal of Consumer Policy**, v. 21, n. 3, 1998.
- BONFADELLI, H.; DAHINDEN, U.; LEONARZ. Biotechnology in Switzerland: high on the public agenda, but only moderate support. **Public Understanding of Science**, v. 11, n. 2, 2002.
- CAMARGO, B. **Communication et prevention du sida**. 1997. Thèse (Doctorat en Psychologie Sociale) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1997.
- _____. ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: MOREIRA, A. et al. (Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2005.
- EINSIEDEL, E.; KAMARA, W. The coming of age of public participation. In: GASKEL, G.; BAUER, M. (Ed.). **Genomics and society: legal, ethical and social dimensions**. London: Earthscan Publications, 2006.
- FISCHLER, C. Quand les crises alimentaires réveillent les utopies. **Biotechnologies: fascinations... interpellation & être de son temps à la champagne**. Marciac, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.agrobiosciences.org>>. Acesso em: 18 maio 2005.
- FISCHLER, C.; RAUDE, J. La percepcio dels aliments genèticament modificats a Occident: divergència i/o convergència. **Revista d'etnologia de Catalunya**, v. 2, n. 27, 2005.
- FREWER, L. et al. Reactions to information about genetic engineering: impact of source characteristics, perceived personal relevance, and persuaviness. **Public Understanding of Science**, v. 8, n. 1, 1999.
- FREWER, L.; MILES, S.; MARSH, R. The media and genetically modified foods: evidence in support of social amplification of risk. **Risk Analysis**, v. 22, n. 4, 2002.
- FREWER, L.; SCHOLDERER, J.; BREDAHL, L. Communicating about the risks and benefits of genetically modified food: the mediating role of trust. **Risk Analysis**, v. 23, n. 6, 2003.
- GASKELL, G. et al. Worlds apart? The reception of genetically modified foods in Europe and the U. S. **Science**, v. 285, 1999.
- GASKELL, G.; ALLUM, N.; STARES, S. Europeans and biotechnology in 2002. Eurobarometer 58.0. **Report to the EC Directorate General for Research from the project 'Life Sciences in European Society' QLG7-CT-1999-00286**. London: London School of Economics, 2002.

- GÖRKE, A.; RUHRMANN, G. Public communication between facts and fictions: on the construction of genetic risk. **Public Understanding of Science**, v. 12, n. 3, 2003.
- GUIVANT, J. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, UFPR, v. 5, jan./jun. 2002a.
- _____. Heterogeneous and unconventional coalitions around global food risks: integrating Brazil into the debates. **Journal of Environmental Policy & Planning**, v. 4, 2002b.
- GUTTELING, J. Media coverage 1973-1996: trends and dynamics. In: BAUER, M.; GASKEL, G. (Ed.). **Biotechnology: the making of a global controversy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto e teoría. In: MOSCOVICI, S. (Org.). **Psicología social II**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1986.
- _____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.
- JOLY, P. **L'innovation controversée: le débat public sur les OGM en France**. France: INRA Grenoble, 2000. (Relatório não publicado).
- KAPERSON, R. et al. The social amplification of risk: a conceptual framework. **Risk Analysis**, v. 8, n. 2, 1998.
- KOHRING, M.; MATTHES, J. The face(t)s of biotech in the nineties: how the German press framed modern biotechnology. **Public Understanding of Science**, v. 11, n. 2, 2002.
- LIAKOPOULOS, M. Pandora's Box or panacea? Using metaphors to create the public representations of biotechnology. **Public Understanding of Science**, v. 11, n. 1, 2002.
- LUJAN, J.; TODT, O. Perceptions, attitudes and ethical valuations: the ambivalence of the public image of biotechnology in Spain. **Public Understanding of Science**, v. 9, n. 4, 2000.
- MARKOVÁ, I. **Dialogicality and social representations: the dynamics of mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MILLAN, A. Del laboratori a la cuina. Discursos de divulgació científica sobre biotecnologia alimentaria. **Revista d'Etnologia de Catalunya**, v. 2, n. 27, 2005.
- MOSCOVICI, S. (Comp.). **A representação social da psicanálise**. Tradução A. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. The phenomenon of social representations. In: MOSCOVICI, S.; DUVEEN, G. (Org.). **Social representations: explorations in social psychology**. Cambridge: Polity, 2000.
- MOSCOVICI, S. ; MARKOVÁ, I. Idéias e seu desenvolvimento – um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In: MOSCOVICI, S.. (Org.). **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MWALE, P. Societal deliberation on genetically modified maize in Southern Africa: the debateness and publicness of the Zambian national consultation on genetically modified food aid in 2002. **Public Understanding of Science**, v. 15, n. 1, 2006.

NASCIMENTO-SCHULZE, C.; CAMARGO, B. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 8, n. 3, 2000.

POULAIN, J. (Comp.). **Sociologia da alimentação**. Tradução Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmem Sílvia e Jaimir Conte. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 310 p.

REINERT, M. *ALCESTE*: analyse de données textuelles. Manuel d'utilisateur. Toulouse: Image, 1998.

TORGERSEN, H.; SEIFERT, F. Aversion preceding rejection: results of the Eurobarometer Survey 39.1 on biotechnology and genetic engineering in Austria. **Public Understanding of Science**, v. 6, n. 2, 1997.

Contato:

Juliana Mezzomo Allain

Rua João Pinto, 33/405

Florianópolis – SC

CEP 88010-420

e-mail: jumezzomo@hotmail.com

Tramitação

Recebido em abril de 2007

Aceito em agosto de 2007